

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2011

(Do Sr. Bruno Araújo)

Altera a redação ao inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que “estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a redação ao inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que “estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências”.

Art. 2º O inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

IV - .....

- a) *no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 3 (três) meses para a desincompatibilização;*
- b) *os membros do Ministério Público em exercício na Comarca, observado o prazo de 3 (três) meses para a desincompatibilização definitiva;*
- c) *os membros da Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 3(três) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;*

- d) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 3 (três) meses anteriores ao pleito;*
- e) a desincompatibilização definitiva a que alude a alínea “b” não se aplica aos membros do Ministério Público que ingressaram na carreira antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.*

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei complementar pretende alterar a redação do inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 64, 1990, para reduzir de quatro para três meses o prazo para desincompatibilização para concorrer aos cargos eletivos de Prefeito e Vice-Prefeito, tal como ocorre para os servidores públicos em geral.

Além da redução do prazo acima mencionado, a proposição em apreço objetiva adequar a redação da alínea “b” do citado inciso IV à atual jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no sentido de que os membros do Ministério Público só podem concorrer a cargos eletivos mediante afastamento definitivo de suas funções no prazo legal, ressalvada a situação daqueles que à época da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, já se achavam integrados à instituição. (cf. Recurso Ordinário nº 993/AP, sessão TSE de 21.09.2006, rel. Min. Cesar Asfor Rocha).

Diante do exposto, conclamo meus Pares no Congresso Nacional a aprovar o presente projeto de lei complementar.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2011.

Deputado BRUNO ARAÚJO